

Plenária Nacional da AgSUS acontece amanhã para definir pauta do ACT 2026/2027

O Sindsep informa à toda a base da AgSUS, que as entidades nacionais Fenafar, FNE, FNO, FIO, Condsef/Fenadsef, CNTS e CNTSS/CUT realizam amanhã (23), às 20h, a Plenária Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras da AgSUS. O encontro terá como objetivo discutir e deliberar uma pauta unificada de reivindicações para fortalecer as negociações do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) 2026/2027.

A plenária ocorre após a instalação da mesa de negociação entre as entidades representativas e a direção da AgSUS, que destacou a importância da construção de uma pauta conjunta para dar mais força e celeridade ao processo.

Entre os principais temas que serão debatidos estão reajuste salarial com reposição das perdas inflacionárias e ganho real, isonomia salarial, criação de piso



Foto: Divulgação/AgSUS

salarial, plano de cargos e carreiras, implantação de plano de saúde, equiparação de benefícios, regulamentação da jornada e das escalas de trabalho, melhorias nas condições de trabalho nas aldeias, pagamento dos adicionais de insalubridade e periculosidade, além de medidas de combate ao assédio moral e de valorização da diversidade cultural.

As entidades destacam que a participação da categoria é essencial para construir uma pauta representativa e fortalecer a mobilização em defesa dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras da AgSUS. A plenária será realizada por meio da plataforma Zoom, com link de acesso divulgado pelas entidades organizadoras. Com informações da Condsef.

TSE mantém teto de gastos para eleições de 2026

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) manteve os limites de gastos para as campanhas das eleições gerais de 2026, repetindo os valores adotados em 2022. Na disputa pela Presidência da República, os candidatos poderão gastar até R\$ 88,9 milhões no primeiro turno e mais R\$ 44,4 milhões em eventual segundo turno.

Segundo a Corte, a decisão considera a manutenção da legislação eleitoral e do Fundo Eleitoral, fixado em R\$ 4,9 bilhões. Os limites incluem recursos do fundo público e doações privadas.

Para deputados federais, o teto será de R\$ 2,5 milhões e, para deputados estaduais e distritais, de R\$ 1 milhão. Já os candidatos a governador e senador terão limites definidos conforme o número de eleitores de cada estado.

Quem ultrapassar o teto de gastos estará sujeito a multa e poderá responder por abuso do poder econômico. A fiscalização será feita pela Justiça Eleitoral durante a análise das prestações de contas das campanhas.

Com informações repassadas pelo TSE.





Julgamento da pejetização no STF pode redefinir relações de trabalho no Brasil

O julgamento do Tema 1.389 pelo Supremo Tribunal Federal (STF), que trata da chamada pejetização, é considerado um dos mais importantes para o futuro das relações de trabalho no país. A decisão deverá estabelecer critérios para diferenciar o trabalho autônomo legítimo de situações em que contratos de prestação de serviços são utilizados para ocultar vínculos empregatícios.

Desde abril de 2025, por decisão do ministro Gilmar Mendes, processos sobre o tema ficaram suspensos. Em junho deste ano, foi autorizada a retomada da tramitação até as decisões de primeira e segunda instâncias, permanecendo suspensos apenas os recursos encaminhados ao STF até o julgamento definitivo.

A Associação Brasileira da Advocacia Trabalhista (Abrat), que participa do processo como amicus curiae, defende que a análise sobre a existência de vínculo empregatício continue sendo feita caso a caso, com base nas provas apresentadas. Segundo a presidenta da entidade,

Elise Correia, o debate envolve a proteção constitucional ao trabalho e não impede formas legítimas de contratação por pessoa jurídica.

Para a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a preocupação é que a expansão da pejetização substitua empregos formais por contratos que reduzem direitos trabalhistas, especialmente entre trabalhadores com menor poder de negociação.

Além dos impactos sobre direitos individuais, entidades alertam para os efeitos da pejetização sobre o financiamento da Previdência Social, do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e de outras políticas públicas. Estudos apresentados ao STF apontam que a ampliação desse modelo de contratação pode provocar perdas significativas na arrecadação tributária e aumentar os custos da proteção social.

Outro ponto em debate é a competência da Justiça do Trabalho para analisar casos em que há suspeita de fraude na contratação por pessoa jurídica. Abrat, Associação Nacional das Magis-

tradas e dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), Associação Nacional dos Procuradores e das Procuradoras do Trabalho (ANPT), CUT e outras entidades defendem a manutenção dessa atribuição e participam do julgamento para apresentar argumentos técnicos e jurídicos à Corte.

Enquanto o STF não conclui o julgamento, cresce o número de ações relacionadas ao tema. Dados do Tribunal Superior do Trabalho (TST) registram mais de 284 mil processos de reconhecimento de vínculo empregatício apenas em 2024. Já o Ministério Público do Trabalho (MPT) informa que esse tipo de ação aumentou 156% entre 2020 e 2024, com mais de 500 mil situações identificadas com indícios de pejetização em empresas de médio e grande porte.

A decisão do Supremo terá repercussão geral e servirá de referência para todos os tribunais brasileiros, influenciando futuras contratações e o julgamento de milhares de processos em todo o país.

Fonte: www.cut.org.br/noticias